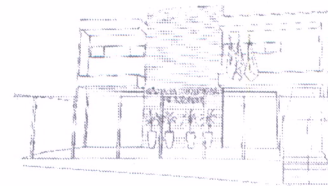


CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete Delegada Ana Paula



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 17/2024

(Ana Paula Santana de Rezende Arruda, Élis Gonçalves Amarante Reis, Jaqueline Aparecida Fráguas e Rosemeire Aparecida de Oliveira)

Câmara Municipal de Lavras - MG
PROTOCOLADO
Em: 02 / 09 / 2024
n.º 03202
Assinatura

Obriga os hospitais, clínicas, postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde do Município de Lavras a disponibilizarem funcionária do sexo feminino para acompanhamento de exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial da paciente mulher.

A Câmara Municipal de Lavras, através de seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

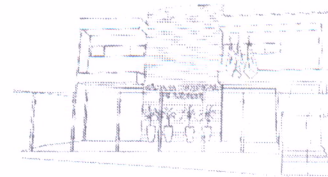
Art. 1º Os hospitais, clínicas, postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde do Município de Lavras, ficam obrigados a disponibilizar funcionária do sexo feminino para acompanhamento de exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial da paciente mulher.

Art. 2º Os hospitais, clínicas, postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde, devem afixar cartazes, informando as pacientes sobre o direito ao acompanhamento, por funcionárias do sexo feminino, nos exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial.

Art. 3º Excetua-se do disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei as situações de calamidade pública e os atendimentos de urgência e emergência.

Parágrafo único. Na impossibilidade de permanência da funcionária mulher junto à paciente, durante os procedimentos descritos no art. 1º, cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento justificá-la por escrito.


CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete Delegada Ana Paula

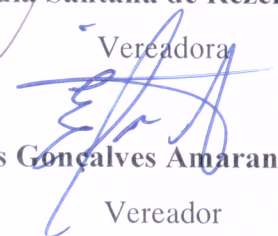


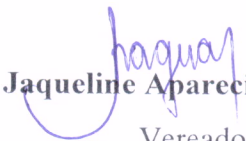
Art. 4º – As infrações referentes ao descumprimento desta Lei, sujeitam a direção da instituição de saúde e os profissionais responsáveis pelo atendimento às penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, impostas pelo Poder Executivo.

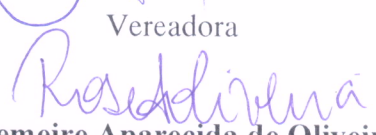
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Orlando Haddad, Lavras, 27 de agosto de 2024.


Ana Paula Santana de Rezende Arruda
Vereadora


Élis Gonçalves Amarante Reis
Vereador


Jaqueline Aparecida Fráguas
Vereadora


Rosemeire Aparecida de Oliveira
Vereadora

JUSTIFICATIVA

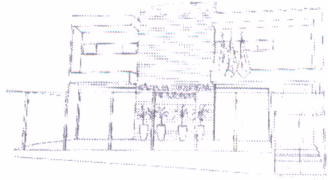
Recentemente, foram divulgados na mídia inúmeros casos de profissionais de saúde que se aproveitaram de pacientes mulheres, em estado de inconsciência total ou parcial para cometerem crimes de estupro ou abusos.

Com efeito, as relações de confiança, a privacidade e a confidencialidade são componentes centrais do atendimento ao paciente, sendo obrigação das instituições de saúde proporcionar um ambiente seguro e tranquilo aos pacientes.

Esse projeto visa proteger tanto o profissional de saúde responsável pelo atendimento e/ou procedimento quanto o paciente de possíveis desconfianças ou abusos por quaisquer das partes, preservando a relação médico-paciente.

Além disso, a proposição visa assegurar que haverá testemunhas, em caso de abuso ou assédio, resguardando a vítima, principalmente no caso de quadro induzido de inconsciência.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete Delegada Ana Paula




Diante disso e dos aspectos envolvidos quando se trata de violência contra a mulher e vulneráveis é que apresentamos o presente projeto de lei e solicitamos o apoio dos colegas Vereadores para sua aprovação.


Ana Paula Santana de Rezende Arruda
Vereadora


Élis Gonçalves Amarante Reis
Vereador


Jaqueline Aparecida Fráguas
Vereadora


Rosemeire Aparecida de Oliveira
Vereadora